

ANEXO VIII

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PRE- FEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E

_____.

Contrato nº ____/2014.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ**, brasileiro, casado, RG nº 3.978.179-3, CPF/MF nº 362.332.348-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF nº xxxxx-xx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, CEP: xxxxx-xxx, Estado de xxxxxxxx, representada neste ato por seu **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, RG nº xxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte::

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para manutenção corretiva e assistência técnica para Van Boxer-330M, marca Peugeot, ano/modelo 2010/2011, pertencente à Secretaria de Saúde, com fornecimento de peças genuínas ou originais, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, conforme especificações e quantidades descritas no item nº ____ do Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº ____/2014 e na proposta comercial apresentada pela Contratada.

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 A **CONTRATADA** obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

2.2 - **Dá-se ao presente contrato o valor total de: R\$ ____ (**
_____).

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da **Contratada** até a aceitação final por parte da **Contratante**.

Cláusula 3ª - DA ENTREGA E GESTOR

3.1 - Condições da execução do serviço: acordada entre a Contratante e a Contratada, conforme gravidade, não ultrapassando 10 (dez) dias úteis após o recebimento da solicitação.

3.2 Local da execução do serviço: nas dependências da Contratada.

3.3 A retirada e entrega da Van Boxer deverá ser efetuado por Contratada, às suas expensas, na oficina da Prefeitura Municipal de Birigui, situada à Rua Roberto Clark nº 672 – Centro, desta cidade ou outro local dentro do perímetro urbano do município, conforme Ordem de Serviço.

3.5 Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, fica(m) definido(s) como gestor do presente contrato o(s) Sr.(s) _____lotado(s) no(s) cargo(s) de _____, na Secretaria de _____, ou outro(s) que venha(m) substituí-lo(s) para fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.

Cláusula 4ª - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- DA EXECUÇÃO E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1- A Contratada deverá executar os serviços, objeto desta licitação, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, que deverão, todavia, observar as determinações específicas contidas no **Anexo I do Edital**, mediante Ordem de Serviço por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de Birigui.

4.2 - A Contratada deverá prestar os serviços do objeto licitado sendo responsável pela remuneração dos profissionais, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, mediante Ordem de Serviço (OS), por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de Birigui.

4.3 - A Contratante não manterá nenhuma vinculação com profissionais contratados pela licitante vencedora, especialmente quanto aos encargos Trabalhistas e Previdenciários;

4.4 – As peças e acessórios que forem utilizadas pela licitante vencedora, nos serviços deverão se **ORIGINAIS OU GENUÍNAS** rigorosamente de acordo com as especificações do fabricante.

4.5 – A mão de obra utilizada pela licitante vencedora, nos serviços deverá ser prestada por profissionais capacitados e autorizados.

4.6 – O serviços executados serão acompanhados e fiscalizados por um servidor municipal da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto e outro da Secretaria de Saúde.

4.7 – A Contratada deverá ter área coberta para abrigar a Van Boxer durante a manutenção.

4.8 - Serão rejeitados os serviços prestados com especificações diferentes das constantes neste Edital e anexos, devendo corrigir na forma e prazos definidos no item 4.9 abaixo.

4.9 - Constatadas irregularidades no serviço prestado, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Cláusula 5ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será realizado no prazo de **15 (quinze) dias** úteis após a execução dos serviços, apresentação dos documentos fiscais (Nota fiscal eletrônica) e de cobrança, onde deverá constar: descrição do serviços, número dos respectivos empenhos de acordo com Ordem de Serviço, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

5.2 - O ISS sobre cada fatura será retido na fonte, conforme Lei Complementar nº 9 de 29/12/2003.

5.3 - Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

5.4 – Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente serão devolvidos a proponente vencedora, que obrigará-se a substituí-los na forma exigida.

5.5- Para o recebimento de valor a futura contratada deverá fornecer, ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, provas de regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho.

5.6 - O pagamento será através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da **CONTRATADA**, junto ao Banco _____ – Agência _____ – C/C nº _____.

Cláusula 6ª – DA RESCISÃO

6.1. Este contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada.

6.2.1. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados e aprovados pelo órgão fiscalizador.

Cláusula 7ª - DO PRAZO DO CONTRATO

7.1. O Contrato vigorará por 06 (seis) meses a contar da assinatura do contrato.

Cláusula 8ª – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 -O objeto será recebido em conformidade com a Cláusula 3ª e Cláusula 4ª .

8.2. Na hipótese da não aceitação dos serviços, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA das irregularidades e registrará o fato, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível, indicando as razões da não aceitação.

8.3. A CONTRATADA deverá reorganizar os serviços conforme determinação da fiscalização da Secretaria requisitante.

8.4. Na Nota Fiscal não será aceito preço divergente do constante na Ordem de Serviços e proposta vencedora.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do prestador de serviços pela qualidade e garantia do objeto.

8.6. O recebimento se dará definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço executado, e consequente aceitação.

Cláusula 9ª - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1- A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo de 03 (três) dias da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.3.1 – advertência;

9.3.2 - multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ou no caso de cumprimento irregular;

9.3.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Birigui, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.3.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 9.3.3 desta cláusula .

9.3.5 - as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

9.3.5.1 - das sanções estabelecidas no item 9.3, subitens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;

9.3.5.2 - da sanção estabelecida no item 9.3, subitem 9.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;

9.4 - O atraso injustificado da prestação de serviço, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de 5% e juros de mora de 0,03% ao dia até o limite de 5%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.5 - Tudo o que for executado incorretamente e portanto não aceito, deverá ser corrigido com a especificação correta.

9.5.1 - a não ocorrência de sanar no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 9 deste contrato.

9.6 - As sanções previstas nos itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

9.7 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

9.7.1 - não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor poderá ser cobrado judicialmente, ou inscrito em Dívida Ativa.

CLÁUSULA 10ª - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. É obrigação da CONTRATADA demonstrar, à Secretaria de Saúde, durante a duração do contrato, que mantém as mesmas condições de habilitação, principalmente quanto a encargos previdenciários, que demonstrou na fase de habilitação da licitação.

10.2. Caberá à CONTRATANTE, exigir a demonstração, da situação regular junto ao INSS, com relação ao FGTS e com a Justiça do Trabalho.

Cláusula 11ª - DOS RECURSOS

11.1 Todos os custos deste contrato, para esta prestação de serviço correrá por conta da dotação:

11.1.2. A prestação de serviços será atendida pela dotação orçamentária constante do exercício de 2014, conforme segue:

Nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.104/3.3.90.39.00 – Ficha nº 536 – Fundo Municipal de Saúde-Secretaria de Saúde.

11.1.3. A aquisição de peças será atendida pela dotação orçamentária constante do exercício de 2014, conforme segue:

Nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.103/3.3.90.30.00 - Ficha nº 458 – Fundo Municipal de Saúde-Secretaria de Saúde.

Cláusula 12ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1-A CONTRATADA se obriga à execução integral dos serviços do objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

12.2. Não será permitida a execução dos serviços contratados sem que o órgão competente do Município de Birigui emita, previamente, a respectiva Ordem de Serviços.

12.3. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência deste contrato.

12.4. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do presente contrato, prevalecerão as condições e exigências do Edital que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

12.5.Será admitida a celebração de termo aditivo, entre as partes contratantes, sempre que juridicamente exigido ou cabível, com o objetivo de se proceder adequações que se fizerem necessárias, em face de eventuais alterações na legislação federal que regulamenta a matéria.

12.6. A CONTRATADA é, exclusivamente, responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, conforme dispositivo no art. 71 da Lei Federal 8.666/93.

12.7. A CONTRATADA é, exclusivamente, responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

12.8- A garantia sobre as peças entregues e/ou substituídas, contra qualquer defeito de fabricação, será pelo período mínimo 90 (noventa) dias consecutivos. Durante o período de garantia, a Contratada ficará obrigada a efetuar, às suas expensas, substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente cons-

tatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do produto for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

Cláusula 13ª DO AMPARO LEGAL

13.1- O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº ____/2.014, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 14ª - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

Prefeitura de Birigui, aos _____ de _____ de dois mil e catorze.

PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ
Prefeito Municipal

Contratada.

ANDRÉA BENVENUTA ANTONIO
Secretária de Saúde

GLAUCO PERUZZO GONÇALVES
Secretário de Negócios Jurídico
OAB/SP nº 137.763

= T E S T E M U N H A S =

RG:

E

RG:

